

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.785.972 - SP (2018/0329340-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
RECORRENTE : MARIA BEATRIZ SILVEIRA
ADVOGADO : EDER TOKIO ASATO - SP123844
RECORRIDO : RAUL EDUARDO RIZZO LOPES
ADVOGADOS : MAURÍCIO JOSÉ CHIAVATTA - SP084749
THIAGO ASSAAD ZAMMAR - SP231688

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PROVIMENTO JUDICIAL QUE JULGA A PRIMEIRA FASE DA DEMANDA. DÚVIDA OBJETIVA ACERCA DA NATUREZA DA DECISÃO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. RECURSO CABÍVEL. CONTROVÉRSIA DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE ERRO GROSSEIRO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Maria Beatriz Silveira, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 215):

Processual. Ação de exigir contas. Decisão da primeira fase da ação (art. 550, § 5º, do CPC/2015). Decisão de natureza interlocutória, passível de ataque pela via do agravo de instrumento (art. 1.015, II, do CPC/2015). Erro grosseiro. Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade recursal. Precedentes desta Corte. Recurso não conhecido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, alega a insurgente, além de dissídio jurisprudencial, violação do, sustentando, em síntese, o cabimento da apelação contra decisão que julga a fase inicial em ação de prestação de contas, tratando-se de questão controvertida na doutrina e na jurisprudência, o que autoriza a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

Superior Tribunal de Justiça

Contra-arrazoadado, o recurso foi admitido, vindo os autos a este Tribunal.

Brevemente relatado, decido.

Cinge-se a controvérsia em definir qual o recurso cabível contra a decisão que julga a primeira fase da ação de prestação de contas, na nova sistemática processual e, subsidiariamente, se configura erro grosseiro a interposição do recurso inadequado.

Essa questão foi apreciada pela Terceira Turma desta Corte Superior, tendo sido definido que o recurso cabível deve observar o conteúdo da decisão recorrida. Tratando-se de decisão que julga procedente a primeira fase da prestação de contas, estar-se-á diante de provimento jurisdicional que decide parcialmente o mérito da demanda (decisão interlocutória), atacável, portanto, pela via do agravo de instrumento.

Todavia, o dissenso doutrinário e jurisprudencial instaurado desde a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil evidencia a existência de dúvida objetiva, o que afasta a caracterização do erro grosseiro.

Nesse sentido:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PRONUNCIAMENTO JURISDICIONAL QUE JULGA A PRIMEIRA FASE DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS. NATUREZA JURÍDICA NO CPC/15. DÚVIDA ACERCA DA NATUREZA DE SENTENÇA, IMPUGNÁVEL POR APELAÇÃO, OU DA NATUREZA DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA, IMPUGNÁVEL POR AGRAVO DE INSTRUMENTO. MODIFICAÇÃO SUBSTANCIAL, PELO CPC/15, DOS CONCEITOS DE SENTENÇA, DEFINIDA A PARTIR DE CRITÉRIO FINALÍSTICO E SUBSTANCIAL, E DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA, DEFINIDA A PARTIR DE CRITÉRIO RESIDUAL. ATO JUDICIAL QUE ENCERRA A PRIMEIRA FASE. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO CONTEÚDO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO QUE RESULTA EM DECISÃO PARCIAL DE MÉRITO RECORRÍVEL POR AGRAVO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO OU EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO QUE RESULTAM EM SENTENÇA RECORRÍVEL POR APELAÇÃO. CONTROVÉRSIA DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL. DÚVIDA OBJETIVA. INEXISTÊNCIA DE ERRO GROSSEIRO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL.

PRETENSÃO GENÉRICA DE EXIGIR CONTAS. INOCORRÊNCIA. DESCRIÇÃO SUFICIENTE NA PETIÇÃO INICIAL E DELIMITAÇÃO JUDICIAL NA DECISÃO JUDICIAL QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO. ART. 54, §2º, DA LEI Nº 8.245/91. FACULDADE DO LOCATÁRIO. IMPEDIMENTO A PROPOSITURA DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS. INOCORRÊNCIA.

1- Ação ajuizada em 25/04/2014. Recurso especial interposto em 09/02/2018 e atribuído à Relatora em 13/06/2018.

2- O propósito recursal consiste em definir: (i) se houve omissão relevante no acórdão recorrido; (ii) se cabe agravo de instrumento ou apelação contra a decisão que julga a primeira fase da ação de exigir contas; (iii) se, na hipótese, a pretensão de exigir contas é genérica.

3- Não há que se falar em omissão quando o acórdão que resolve os embargos de declaração, a despeito de rejeitá-los, efetivamente sana a eventual insuficiência de fundamentação havida no acórdão que deu provimento ao recurso de apelação.

4- Se, na vigência do CPC/73, o pronunciamento jurisdicional que julgava a primeira fase da ação de prestação de contas era a sentença, suscetível de impugnação pelo recurso de apelação, é certo que, após a entrada em vigor do CPC/15, instalou-se profunda controvérsia doutrinária e jurisprudencial acerca da natureza jurídica do ato judicial que encerra a primeira fase da ação agora chamada de exigir contas, se sentença suscetível de apelação ou se decisão interlocutória suscetível de agravo de instrumento.

5- O CPC/15 modificou substancialmente os conceitos de sentença e de decisão interlocutória, caracterizando-se a sentença pela cumulação dos critérios finalístico ("põe fim à fase cognitiva do procedimento comum") e substancial ("fundamento nos arts. 485 e 487") e caracterizando-se a decisão interlocutória pelo critério residual ("todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não seja sentença").

6- Fixadas essas premissas e considerando que a ação de exigir contas poderá se desenvolver em duas fases procedimentais distintas, condicionando-se o ingresso à segunda fase ao teor do ato judicial que encerra a primeira fase; e que o conceito de sentença previsto no art. 203, §1º, do CPC/15, aplica-se como regra ao procedimento comum e, aos procedimentos especiais, apenas na ausência de regra específica, o ato judicial que encerra a primeira fase da ação de exigir contas possuirá, a depender de seu conteúdo, diferentes naturezas jurídicas: **se julgada procedente a primeira fase da ação de exigir contas, o ato judicial será decisão interlocutória com conteúdo de decisão parcial de mérito, impugnável por agravo de instrumento**; se julgada improcedente a primeira fase da ação de exigir contas ou se extinto o processo sem a resolução de seu mérito, o ato judicial será sentença, impugnável por apelação.

7- **Havendo dúvida objetiva acerca do cabimento do agravo de instrumento ou da apelação, consubstanciada em sólida divergência doutrinária e em reiterado dissídio jurisprudencial no âmbito do 2º grau de jurisdição, deve ser afastada a**

existência de erro grosseiro, a fim de que se aplique o princípio da fungibilidade recursal.

8- Delineada suficientemente, nas causas de pedir existentes na petição inicial, o objeto e o período das contas que deverão ser prestadas, inclusive com delimitação judicial do objeto para fins de prosseguimento da ação em sua segunda fase, não há que se falar em pretensão genérica que inviabilize a prestação.

9- O art. 54, §2º, da Lei nº 8.245/91, estabelece uma faculdade ao locatário, permitindo-lhe que exija a prestação de contas a cada 60 dias na via extrajudicial, o que não inviabiliza o ajuizamento da ação de exigir contas, especialmente na hipótese em que houve a efetiva resistência da parte em prestá-las mesmo após a delimitação judicial do objeto.

10- Recurso especial conhecido e parcialmente provido, com inversão da sucumbência e majoração de honorários advocatícios.

(REsp n. 1.746.337/RS, Relatora a Ministra **NANCY ANDRIGHI**, Terceira Turma, julgado em 9/4/2019, DJe 12/4/2019 - sem grifo no original).

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS (CPC/2015, ART. 550, § 5º). DECISÃO QUE, NA PRIMEIRA FASE, JULGA PROCEDENTE A EXIGÊNCIA DE CONTAS. RECURSO CABÍVEL. MANEJO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO (CPC, ART. 1.015, II). DÚVIDA FUNDADA. FUNGIBILIDADE RECURSAL. APLICAÇÃO. RECURSO PROVIDO.

1. Havendo dúvida fundada e objetiva acerca do recurso cabível e inexistindo ainda pronunciamento judicial definitivo acerca do tema, deve ser aplicado o princípio da fungibilidade recursal.

2. Na hipótese, a matéria é ainda bastante controvertida tanto na doutrina como na jurisprudência, pois trata-se de definir, à luz do Código de Processo Civil de 2015, qual o recurso cabível contra a decisão que julga procedente, na primeira fase, a ação de exigir contas (arts. 550 e 551), condenando o réu a prestar as contas exigidas.

3. Não acarretando a decisão o encerramento do processo, o recurso cabível será o agravo de instrumento (CPC/2015, arts. 550, § 5º, e 1.015, II). No caso contrário, ou seja, se a decisão produz a extinção do processo, sem ou com resolução de mérito (arts. 485 e 487), aí sim haverá sentença e o recurso cabível será a apelação.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1.680.168/SP, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, Rel. p/ Acórdão Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 9/4/2019, DJe de 10/6/2019 - sem grifo no original)

Na hipótese dos autos, verifica-se que a decisão de fls. 148-151 (e-STJ)

Superior Tribunal de Justiça

julgou procedente o pedido, para "condenar a ré a prestar as contas pretendidas, desde 31 de maio de 2004 até a presente data, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar".

Contudo, reconhecendo a existência de dúvida objetiva acerca do cabimento recursal, suficiente para afastar a caracterização de erro grosseiro capaz de justificar o não conhecimento do recurso, e com base na aplicação do princípio da fungibilidade, impõe-se a reforma do acórdão recorrido com a devolução do presente processo ao Tribunal de origem, para que prossiga no julgamento do recurso interposto.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* que deverá prosseguir no julgamento da apelação.

Publique-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator